

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

MARLI DOS SANTOS MARQUES

JOGOS E BRINCADEIRAS: POSSIBILIDADES PARA A SOCIABILIDADE NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA LEI 10639/03

Belo Horizonte

2010

MARLI DOS SANTOS MARQUES

**JOGOS E BRINCADEIRAS: POSSIBILIDADES PARA A SOCIABILIDADE NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA LEI 10639/03**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
junto ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em
Docência na Educação Básica (LASEB) da
Faculdade de Educação da UFMG, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista em
História da África e cultura afro-brasileira: uma
introdução a Lei no. 10.639/03.**

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a.Elânia de Oliveira

Belo Horizonte

2010

MARLI DOS SANTOS MARQUES

**JOGOS E BRINCADEIRAS: POSSIBILIDADES PARA A SOCIABILIDADE NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA LEI 10639/03**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado junto ao Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu* em Docência na
Educação Básica (LASEB) da
Faculdade de Educação da UFMG,
como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em História da
África e cultura afro-brasileira: uma
introdução a Lei no. 10.639/03.**

Aprovada em _____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Elânia de Oliveira – Escola de Educação Básica Profissional da UFMG- Centro
Pedagógico**

Prof.Dr^o José Raimundo Lisbôa da Costa- Faculdade de Educação da UFMG

Dedico esse Plano de Ação a todo professor, que apesar de tanta desvalorização, incertezas e angustias, ainda consegue perceber e acreditar que a escola continua sendo um dos espaços que contribuem para a promoção humana.

As minhas professoras do ensino primário da Escola Municipal Emídio de Berutto: Mari Lúcia Rocha da Cunha, por sempre saber retirar os alunos negros dos lócus de “vulnerabilidade social” presentes na escola: sala dos retidos, turma difícil...

A professora Inês da Conceição de Oliveira Silva; visto que no processar de sua prática pedagógica, bem antes da implementação da Lei 10639/03, era possível perceber que a mesma militava em favor da criança negra; inclusive nos mostrava que era preciso ter uma postura de resistência frente a chavões e estereótipos verbalizados contra o Sujeito Negro.

O tempo não foi capaz de torna inaudível a voz da professora Inês dizendo:

“– Não aceitem dizer que vocês são negros de alma branca, pois alma não tem cor...”

Aos meus sobrinhos, e a todos que um dia sonharam e objetivaram construir uma nova história para as crianças negras nos espaços educativos.

AGRADECIMENTOS

A professora Elânia de Oliveira, que, através da orientação sempre demonstrou empatia e presteza. Aos professores do curso Amauri Carlos Ferreira, Erisvaldo Pereira dores Santos e Emerson Renato dos Santos pelos grandes ensinamentos;

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, e a todos colegas da Escola Municipal Monteiro Lobato, especialmente a Diretora Geni Ferreira de Freitas e a coordenadora Ednéia, pelo apoio e troca de experiências; agradeço também a Carolina, Débora e Vanessa.

Agradeço ao meu pai por sempre incentivar nossos estudos.

“A minha mãe, que de forma simples e pontual, nas suas estratégias de” reexistência, contribuiu para a formação da minha Identidade Negra.

Aos meus irmãos pelo carinho e apoio; ao Jésus Pereira por sempre estar presente nos momentos de grandes conquistas.

A amiga e educadora Anivercina, que compreendeu a importância dessa intervenção, ao ponto de criar estratégias interdisciplinares a fim de possibilitar as crianças, a vivencia da proposta em outras áreas do conhecimento.

A todas as crianças da sala 3, pois como no filme Kiriku, as mesmas demonstram que mesmo sendo pequenas, são valentes e cheias de valor.

A minha amiga kacilan; e a Família Ngunga, que me concedeu o privilegio de ouvi-los cantar e contar como foi a infância nos quintais, ruas e fazendas de Angola.

Foi sublime descobrir que o brincar transcende barreiras geográficas preconceitos e até mesmo a própria cronologia.

Por fim, porém o mais importante, a Deus por todo o seu cuidado.

*“Quem me chamou
Quem vai querer voltar pro ninho
E redescobrir seu lugar
Pra retornar
E enfrentar o dia-a-dia
Reaprender a sonhar
Você verá que é mesmo assim, e que a história não tem fim
Continua sempre que você responde sim a sua imaginação
A arte de sorrir cada vez que o mundo diz não
Você verá que a emoção começa agora
Agora é brincar de viver
E não esquecer, ninguém é o centro do universo
Que assim é maior o prazer
E eu desejo amar todos que eu cruzar pelo caminho
Como sou feliz, eu quero ver feliz
Quem andar comigo
“Lá, lá, lá...”
(Guilherme Arantes/Jon Lucien)*

RESUMO

Este plano de ação surge a partir das observações feitas em uma turma de 20 crianças, matriculadas no 2º ciclo da Educação Infantil da Escola Municipal Monteiro Lobato. Diante da análise e reflexão das posturas e comportamentos das crianças, frente ao processo de sociabilidade, notou-se a importância do Plano de Ação: Jogos e Brincadeiras Possibilidades para a Sociabilidade na Educação Infantil na perspectiva da lei 10639/03. Esse plano teve como objetivo abordar estratégias de conduta e minimização da discriminação étnica, por meio dos jogos e brincadeiras, durante as aulas de Corpo em Movimento.

Ao final dessa intervenção foi possível perceber que o contexto dos jogos e brincadeiras contribuiu para a construção de atitudes de respeito mútuo, cooperação, ludicidade e energia vital.

Palavras-chave: educação infantil jogos/brincadeiras, sociabilidade

SUMÁRIO

1	Introdução.....	07
1.1	Justificativa.....	08
1.2	Objetivos.....	09
1.3	Objetivos Gerais.....	09
1.4	Objetivos Específicos.....	09
3.	Metodologia.....	10
3.1	Memorial.....	10
3.2	Cronograma.....	14
4.	A educação infantil e a diversidade cultural do povo brasileiro	15
5.	As relações que se estabelecem no ambiente escolar: conceitos diversos	19
5.2	Jogos e brincadeiras no contexto histórico da humanidade	19
5.3	Sociabilidade/socialização.....	20
5.4	Jogos e brincadeiras e sua contribuição para a sociabilidade na Educação Infantil.....	21
6.	Levantamento e análise de dados.....	25
7.	Conclusão.....	30
8.	Referências Bibliográficas.....	31
9.:	Anexos... ..	32

1. INTRODUÇÃO

A Lei 10639/03, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira, é mais um elemento que busca o combate ao preconceito e a garantia dos direitos de todos os cidadãos brasileiros, de forma igualitária. Nas últimas décadas tem sido uma temática comum nas esferas governamentais e na sociedade civil em geral a necessidade de se redimensionar as ações voltadas à superação das desigualdades entre negros e brancos, especialmente considerando-se a larga diversidade étnica da qual se constitui o povo brasileiro.

As relações discriminatórias que se estabelecem precisam ser reconstituídas de forma a garantir esta igualdade, o que passa necessariamente pelo contexto escolar. Na escola as crianças estabelecem relações sociais e constroem sua visão de valor humano, o que torna este ambiente um local propício à mudança de paradigmas e de conduta.

Segundo Sales (2005).

“Os indicadores educacionais, em particular, expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação racial no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros (as), no entanto a diferença de escolaridade média entre brancos/as e negros/as se mantém perversamente estável entre as gerações.”

Nos últimos anos tem se intensificado as discussões acerca deste assunto: a distância entre os níveis de escolaridade dos negros e dos brancos brasileiros e as diversas causas desta discrepância.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana referenda que o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. De acordo com o Plano, os espaços coletivos educacionais, especialmente nos primeiros anos de vida, são privilegiados na medida em que possibilitam o envolvimento, a compreensão, a valorização e a importância dos diferentes grupos presentes na sociedade, uma vez que reúnem esta diversidade. O Plano ainda confere aos professores que atuam na educação infantil a tarefa de desenvolver atividades que favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade.

Desta forma, o presente trabalho vem discutir estratégias de formação de conduta e

minimização da discriminação étnica a partir de ações concretas nos espaços escolares, utilizando os jogos e brincadeiras para promover a interação entre as crianças de diferentes culturas e etnias. O trabalho se baseia na observação de crianças de uma escola de Belo Horizonte, cuja experiência está relatada no memorial.

1.1 JUSTIFICATIVA

As experiências iniciais vivenciadas com a escola são relevantes, visto que certamente podem definir a base de um percurso escolar mais ameno ou atribulado. As crianças, indiferente da cor da pele, precisam sentir-se acolhidas e integradas, pois esses fatores contribuem positivamente para a construção de uma auto estima elevada. Uma escola comprometida com os interesses da população, inclusive da população negra ou da classe popular, precisa ter em seu projeto, atividades, currículo e conteúdos pautados na solidariedade, na cooperação, na ação coletiva e na consciência social, valores de uma sociedade mais igualitária e justa. **A lei 10.639/2003**, não é só um instrumento de orientação para o combate a discriminação. Pode ser considerada como Política de Ações Afirmativas, pois reconhece a escola como lugar da formação de cidadãos e afirma a relevância de a escola propiciar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico e cheio de diversidade.

Após analisar as relações que se estabelecem entre as crianças de uma escola de tempo integral de Belo Horizonte na qual era necessário, diariamente, mediar conflitos; observando ainda que a postura das crianças apresentava práticas discriminatórias e excludentes, foi necessário buscar alternativas para a minimização e até mesmo para a erradicação do comportamento em evidência. Apesar de muitas destas práticas apresentarem uma discriminação “silenciada” percebeu-se que era importante encontrar formas de promover uma relação saudável e igualitária entre as crianças, mostrando a elas que a diversidade é positiva e que as culturas podem ser diferentes, mas que cada cultura tem seu valor, não podendo considerar que uma ou outra são melhores ou piores. Percebendo ainda que grande parte das crianças da turma demonstrava gostar das aulas de “Corpo em Movimento”, optou-se por criar estratégias que pudessem permitir um relacionamento harmônico entre todos os sujeitos inseridos na turma durante as aulas de Corpo em Movimento.

1.2 OBJETIVOS GERAIS

- Avaliar a forma como se dão as relações de sociabilidade das crianças através dos jogos e brincadeiras na perspectiva da lei 10639/03;
- Observar como é possível desmitificar a figura da estética das crianças negras através do toque corporal do outro;
- Analisar a vivência das crianças por meio dos jogos e das brincadeiras, nos quais os valores civilizatórios afro-brasileiros (circularidade, oralidade, energia vital, corporeidade, musicalidade, ludicidade, cooperatividade, memória, religiosidade, ancestralidade) se fazem presentes.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar até que ponto a prática de jogos e brincadeiras contribui para a socialização das crianças na perspectiva da Lei 10639/03;
- Contribuir para que as crianças participem de diferentes jogos e brincadeiras sem discriminar os colegas por nenhum motivo ou razão, através da reflexão acerca deste fator;
- Possibilitar a construção de atitudes de respeito mútuo e cooperação buscando solucionar os conflitos no contexto dos jogos e brincadeiras como resultado de uma ampla discussão sobre as práticas lúdicas vivenciadas no espaço escolar;

A hipótese defendida aqui neste trabalho é que os jogos e brincadeiras podem oferecer condições ambientais estimulantes para o desenvolvimento intelectual, mental, afetivo e social das crianças da educação infantil, propiciando a interação de crianças de diferentes etnias, culturas e classes sociais, levando-as a valorizar as diferenças e diminuindo comportamentos discriminatórios e práticas excludentes.

2. METODOLOGIA

Para alcance dos objetivos propostos, foram feitos dois tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, que forneceu elementos teóricos acerca de conceitos e características da discriminação, dos jogos e brincadeiras e dos ideais da educação infantil. Foi feita ainda uma pesquisa de campo, que consistiu na observação de crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato, localizada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o ano letivo de 2010, além de questionários que registram as impressões e as opiniões de diversos atores da comunidade escolar acerca da diversidade étnica e cultural.

As observações e a experiência vivenciada na escola durante o período de observação estão relatadas no memorial a seguir.

2.1 MEMORIAL

Diante da orientação de uma construção de um Plano de Ação cujo eixo norteador é a aplicação prática da lei 10639/03, relativa à educação étnico-racial, não posso deixar de trazer à memória algumas experiências que foram relevantes durante toda essa trajetória.

Após três anos de trabalho na Umei Vila Senhor dos Passos, onde ocupei o cargo de Educadora Infantil, consegui ser transferida para a Escola Municipal Monteiro Lobato.

Vale ressaltar que minha relação com essa instituição já era bastante significativa, pois resido nos arredores da escola; Lembro-me que, quando criança, nós a chamávamos de “Castelinho,” ou escola da caixa d’água.

Quando a mesma foi fechada pela prefeitura, para reformas. Houve indignação e insatisfação na comunidade, já que gerava insegurança. Muitos alunos não sabiam para qual escola iriam e se seriam bem recebidos. Depois de muitas conversas com líderes comunitários e com a administração regional, a comunidade ficou convencida da nova proposta para a escola.

A Escola foi reinaugurada dois anos depois, com novas instalações e denominada como a primeira escola da infância de tempo integral do município de Belo Horizonte. Com a reinauguração, tanto a comunidade quanto os líderes comunitários e alunos ficaram orgulhosos e convictos da proposta da rede.

Ingressei em definitivo na Escola Municipal Monteiro Lobato no dia 29 de junho de 2009. Minhas atribuições, acordadas com a coordenadora Ednéia, constavam de estar no lugar

de “Educadora Apoio”, cuja prática junto às crianças acontece no período em que a Educadora Regente está em estudo ou no horário de café.

O Projeto Político Pedagógico da Escola, referenda trabalhar diversas temáticas enfatizadas em atividades adequadas para a educação das relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana, baseando-se na Lei 10639.

No início do ano de 2010, o quadro docente da escola passou por alterações, devido a orientações da Secretaria de Educação. Novas organizações tiveram que ser feitas, a fim de garantir um bom funcionamento. Levando em consideração que a escola é de tempo integral e que muitos dos profissionais fazem extensão de jornada ou estão lotados nos dois turnos, ficou acordado que tentaríamos manter o mesmo profissional na sala nos dois turnos.

E que no período da manhã nas turmas de educação infantil o trabalho dar-se-ia de forma a contemplar de maneira mais efetiva as seguintes áreas: lingüística, matemática e musical, e que no horário vespertino, nós contemplaríamos as seguintes linguagens: Natureza e Sociedade, Linguagem Musical, Educação Ambiental e demais necessidades.

Mesmo tendo a oportunidade de assumir a função de educadora referência de uma turma, decidi por continuar sendo educadora de apoio no turno da tarde.

Minha opção foi estabelecer parceria com a educadora Anivercina, que assumiu a função de educadora referência da Sala 3. Assumimos o trabalho junto às crianças que estão na faixa etária de 4 a 5 anos e que, de acordo com algumas denominações, está no 2º ciclo da infância.

Em nossa proposta de trabalho para o ano letivo de 2010, combinamos que eu iria trabalhar a linguagem corporal, principalmente nos espaços extra- sala de aula (quadra, parquinho, casinha etc.), e que, quando necessário, iria auxiliá-la nas aulas de Educação Ambiental.

Deixo registrado que no limiar do ano letivo, durante as definições da proposta de trabalho e tendo em vista a construção de um Plano de Ação na perspectiva da Lei 10639/03; fui tentada por mim mesma, a escolher trabalhar com modalidades que ao meu olhar já apresentam uma gama de material ou recursos que contemplam as questões étnico-raciais. Dentre essas modalidades cito: contação de história, linguagem plástica, musical, etc.

Durante o período de adaptação, visando possibilitar a familiarização das crianças com todos os espaços da escola, quase no final de fevereiro, conduzi a turma até biblioteca, onde fiz as devidas apresentações, falei da funcionalidade da biblioteca, perguntei se elas sabiam que lugar era aquele; expliquei quais posturas deveríamos adotar quando fôssemos utilizar esse espaço. Nesse dia, decidir por contar a história: “As tranças de Bintou”. Os recursos materiais utilizados nessa contação foram alguns fantoches e o próprio livro da história.

Ao observar o manuseio dos fantoches e perceber que em uma das paredes estavam expostos outros, algumas crianças teceram diversos comentários:

“– Olha é igual ao meu pai”.

“– Aquela ali é a vovó.”

“– Parece com a cor da minha mãe.”

“– Você também é dessa cor, né, tia?”

A partir dessa receptividade demonstrada para com a história e os fantoches, pensei em desenvolver um trabalho voltado para a linguagem corporal, através das dramatizações. Seguindo as reflexões apontadas no livro de Marli André, desde esse momento na biblioteca, adotei um olhar mais investigativo, a fim de encontrar suporte capaz de justificar minha escolha.

Tendo como pressuposto a avaliação reflexiva e processual, em meados de abril as observações feitas por mim para com a turma eram as seguintes: A sala é composta por 20 crianças, na faixa etária de 4 a 5 anos de idade, sendo que nove crianças são meninas e os restantes meninos, algumas crianças são negras e outras brancas, a maioria não demonstram timidez nos momentos de diálogo, conseguem explicitar suas vontades, desejos e anseios. No geral, a turma demonstra bastante tranquilidade. Todavia, é possível perceber que algumas crianças na relação de sociabilidade deixam suas preferências bem pontuadas. Percebe-se a formação de um grupo de 5 crianças, onde uma menina é negra a outra branca, outra característica marcante é que todas as crianças desse grupo gostam muito de bola, portanto, sempre estão jogando futebol e não interagem muito com as outras crianças nos momentos em que estou com a turma.

Observo também que em outro grupo, onde uma das meninas é branca, a mesma sempre trás brinquedos do tipo (estojo de pintura, bonecas, panelinhas etc), tudo isso faz com que um número significativo de crianças manifestem desejo de brincar com ela, entretanto, a mesma apesar de quase não verbalizar escolhe com quem quer brincar. Frente a esses acontecimentos é comum ver algumas meninas buscando formas de serem aceitas nesse grupo; oferecem algum brinquedo ou outro tipo de objeto disponível etc.

Sempre que vou assumir a turma; devido ao fato de as crianças ainda não compreenderem bem que a dinâmica é nova, que eu sou outra pessoa e visando manter-me informada dos ocorridos da sala, quase sempre as crianças relatam para mim que um dos colegas ficou sem parquinho; que o mesmo fez pirraça; indagam se comigo ele também irá ficar sem brincar; começam a querer cantar músicas que falam de apelidos, etc.(Essa criança é

negra)! Um dos meninos da turma por ter só uma irmã, que também está matriculada na escola na turma de 5 a 6 anos, na maioria das vezes interage mais com as meninas.

Em minhas observações é possível dizer que uma das alunas, às vezes quando não consegue ser aceita nas brincadeiras, apresenta um comportamento mais agressivo (tenta beliscar os colegas atrapalha as organizações feitas para a brincadeira etc.). Todas as crianças demonstram uma rigidez excessiva no que refere ao lugar demarcado para elas assentarem em sala de aula. (Combinado criado pelas educadoras referência dos dois turnos). Sempre que um colega infringe o combinado, a turma inteira demonstra insatisfação, e fica à espera da solução do conflito. No momento em que organizarmos a fila ou “trenzinho, ”as crianças entram em atrito porque desejam ocupar o primeiro lugar da fila; dependendo do (a) coleguinha que coloca a mão nos ombros da criança que está na frente, a mesma costuma buscar outro lugar na fila.

Todos estes fatores me indicam que a criança aprende, desde cedo, a aceitar ou a discriminar o outro pela sua cor da pele, ou pela sua condição social. E este é o objeto deste estudo e da minha observação: formas alternativas de promover a igualdade e minimizar a discriminação e o preconceito através de atividades lúdicas no espaço escolar.

2.2 CRONOGRAMA

Meses	Atividades realizadas
Abril	Envio das autorizações as famílias.
Maio	Exibição do filme Kiriku e a feiticeira.
Junho	Introdução das brincadeiras; Passa anel e corrida do saco.

Julho	Continuação das brincadeiras:
Agosto	Introdução cantiga de roda Foi a Espanha e estátua.
Setembro	Reexibição do filme Kiriku
Outubro	Oficina de bola de jornal e de bonecas negras. Brincando de queimada
Novembro	Exposição dos trabalhos na Mostra Cultural do dia 20 de novembro. Finalização do plano de ação.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A DIVERSIDADE CULTURAL DO POVO BRASILEIRO

A Lei 10639/03 é aquela que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ela foi sancionada para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras; "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (<http://afrobrasileira.multiply.com/journal>.)

A lei estabelece que os conteúdos e elementos culturais africanos devem ser inseridos nos conteúdos escolares, de forma que, ao conhecer a cultura africana, os estudantes passem a valorizá-la, valorizando assim, as pessoas na sua diversidade étnica. Conhecendo e valorizando os elementos da cultura africana, as crianças passarão a interagir com outras crianças, sem discriminá-las pela cor de sua pele ou por suas características étnicas, especialmente porque aprenderão que a cor da pele não é parâmetro para determinar o valor de um indivíduo. Ao resgatar a cultura negra brasileira e a importância do negro na formação da sociedade nacional, será possível resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, política e econômica, levando toda a sociedade a reconhecer que, independentemente das características físicas, somos todos brasileiros, unidos na mesma pátria e compartilhando, assim, a mesma cultura e os mesmos valores.

Gomes (1995, p. 87) destaca que:

"A criança, em idade bastante precoce, inicia sua aprendizagem de hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais e de gênero, atitudes e, sobretudo uma modalidade de língua materna, além de desenvolver as bases da personalidade e da identidade. Tudo isso acontece no interior do grupo doméstico, e quase sempre já está bastante estabelecido antes de principiar sua vida escolar."

O debate sobre as relações étnicas e raciais não ocorre só no Brasil. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, os quase 200 países do mundo possuem em torno de 500 grupos étnicos, sendo que apenas 30 países não têm uma minoria étnica e religiosa que constitua pelo menos 10% da população. Estima-se que quase 900 milhões de pessoas fazem parte de um grupo discriminado em seu próprio país. Atualmente os negros (compostos por pardos e pretos) representam 45% da população brasileira. Esse índice torna o Brasil o país não africano com a maior população negra do mundo. É o segundo maior se considerando todo o globo terrestre, possuindo um número menor somente em relação à Nigéria (BRASIL, 2004).

Segundo Oliveira (2004) a maior parte desses indivíduos permanece ocupando a base da pirâmide social, sobrevivendo nas condições mais adversas, com poucas chances de realizar seus projetos de ascensão social, escolarização, moradia, trabalho. Durante muitas décadas perpetuando até hoje, tem-se a ideia de que as profundas desigualdades entre negros e brancos no período pós-abolicionista são resquícios de uma nova ordem social que se configura numa sociedade competitiva e de classes. Essa corrente influenciou marcadamente o pensamento educacional brasileiro que, ao reconhecer a concentração maciça do alunado negro nas camadas mais pobres da população, tende a identificar as dificuldades interpostas à escolaridade da população negra com os problemas enfrentados pela pobreza, não considerando a especificidade do pertencimento racial.

Desde os primórdios da educação formal brasileira no período pós-abolicionista, há uma educação diferenciada entre ricos e pobres e/ou brancos e negros. Essa afirmação se corrobora após lermos o primeiro texto sobre creche de que se tem notícia no país, publicado na revista “A mãe de Família”, em 1879, por um médico afeto à roda dos expostos (Dr. Vinelli):

“No Brasil ainda não existe a creche; entretanto, sua necessidade me parece palpitante, sobretudo nas atuais condições em que se acha o nosso país depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1879, em virtude da qual nele não nasce mais um escravo. Agora que, graças à iniciativa do governo e também dos particulares em não pequena escala, com a emancipação da escravatura vai desaparecendo o vergonhoso estigma que a civilização repele e abomina, um grande número de mulheres que quando escravas trabalhavam para seus senhores que por sua vez eram obrigados a lhe dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos, ganhando liberdade, vêem não poucas vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e de seus filhos e em muitos casos, sem poderem consegui-lo porque a isso as impedem como obstáculo insuperável os filhos pequenos, que elas não têm com quem confiar e cuja tenra idade não lhes permite mandá-los para escola. Não há senhora alguma dona de casa que ignore a extrema dificuldade, senão impossibilidade, que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a quem amamenta.” (A Mãe de Família, jan, 1879, apud Cviletti, 1991.)

Retomar a história da educação infantil no Brasil nos faz perceber que durante muito tempo, os poucos projetos desenvolvidos tinham por alicerce o preconceito. Não se via uma preocupação do Estado pelas condições de vida da criança, principalmente a criança negra, pobre, filha de operários, ou de mulheres negras. Em 1996, foi aprovada a lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece bases e orientações das ações do governo frente à educação no Brasil.

A partir da LDB, promulgada em dezembro de 1996, se estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade e a educação. No título III, “Do Direito à educação e do Dever do Educar”, artigo IV, afirma-se que “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas, às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1996).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica. Em 7 de abril de 1999, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o que pode ser visto como um divisor de águas no processo histórico/político da Educação Infantil no Brasil.

Observemos então as proposições referendadas pelo mesmo:

Art.3º. [...] - As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores: a) Princípios Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da criatividade, da Ludicidade e da Diversidade das Manifestações Culturais.

Sendo assim, fica explicitado que a escola é o principal *lócus legal* para se trabalhar atitudes de respeito, alteridade, inclusão, quebra de paradigmas opressores, etc. É na proposta pedagógica, nas definições do currículo ou até mesmo nas demonstrações de afeto do professor de educação infantil, que as necessidades básicas, afetivas, sociais, cognitivas e estéticas, das crianças precisam ser contempladas.

A grosso modo é possível dizer que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC.1998), além de ser um documento que apresenta avanços significativos em relação às publicações do MEC para essa etapa da educação, também pode ser considerado como um guia de reflexão ou apontamentos que permitem ao educador exercer sua “Pedagogia com Autonomia” (Freire, 2003).

Para viver democraticamente em uma sociedade plural, é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. (MEC/SEC/1998). O Brasil é um país cujo

povo se constitui a partir da diversidade. É exatamente esta característica o principal argumento contra a discriminação racial. No entanto, a desigualdade racial no Brasil é um fato tão presente no nosso cotidiano, que ela se tornou natural e quase imperceptível.

As relações raciais no Brasil se constituíram e se consolidaram a partir do período da escravidão, o que criou ao longo da história representações sociais de subalternidade dos negros.

O lugar que brancos e negros ocupam na sociedade é antagônico, onde os negros estão sempre no lugar inferior. Esta discriminação por raça ou cor da pele carrega uma gama de conceitos e preconceitos seculares, baseados na crença de que o negro africano era inferior na escala humana. O preconceito racial expressa o sentido histórico de inferioridade gestado a partir das relações de dominação e subalternidade entre senhores e escravos durante quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil.

Esta discriminação também se manifesta nas relações que se estabelecem no ambiente escolar. A escola tem papel fundamental tanto na consolidação quanto no combate à discriminação racial. Neste contexto, o papel do professor, assim como dos diversos profissionais que circulam no espaço escolar, é importantíssimo para formar cidadãos conscientes da igualdade de direitos de todos, independentemente de sua raça ou cor de sua pele, ou mesmo de sua condição social.

Segundo Munanga (2001), a imagem que o Brasil oferece em relação à sua identidade, é que esta é inconclusa. Isto é reforçado pelo fato de que a história transmitida na escola privilegia o registro escrito, desprezando a história passada através de relato oral pelos indígenas, pelas comunidades negras rurais e pelos velhos, que a relatam aos seus descendentes. Munanga sugere ainda que sejam aproveitadas as experiências de transmissão de valores observadas no que ele chama de “currículo invisível” para reformular o currículo escolar e renovar o processo de ensino e aprendizagem. É preciso “cultivar uma postura de abertura ao novo para ser capaz de absorver mudanças e reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em conta os valores culturais dos alunos e respeitando a história de seu grupo étnico social”. (pag.74)

4.0 AS RELAÇÕES QUE SE ESTABELECEM NO AMBIENTE ESCOLAR: CONCEITOS DIVERSOS

O que é brincar? São inúmeras as definições de “brincar”, de forma que, para esse trabalho, foram selecionadas as que estabeleceram maiores diálogos com a temática do plano de ação.

Apesar de ser uma autoridade e de estar discorrendo sobre temas científicos e educacionais, ao tentar definir o termo “brincar”, Fisher lançou mão da subjetividade: *“Lidar com o conceito do brincar é análogo a tentar agarrar bolhas de sabão, pois sempre que parece que temos algo para agarrar, sua natureza efêmera impede que o agarremos!”* (Fisher, 1992).

Devido à sua diversidade, o brincar pode ser considerado como um processo que, em si mesmo, abrange uma variedade de comportamentos, motivações, oportunidades, práticas, habilidades e entendimentos. Moyles, (1989 e 1991). De qualquer forma, o “brincar” é uma maneira útil de a criança adquirir habilidades desenvolvimentistas sociais, intelectuais, criativas e físicas.

O termo “brincar” importa para este trabalho, uma vez que é através de estratégias de jogos e brincadeiras que se pretende mostrar que há um preconceito velado nas relações que se estabelecem no ambiente escolar, mas que, por outro lado, este preconceito, percebido especialmente nos momentos lúdicos, pode ser minimizado exatamente através das atividades de lazer. Em se tratando de educação infantil, o “brincar” tem papel fundamental na aprendizagem e no comportamento das crianças. Daí a importância das brincadeiras na construção de conceitos e comportamentos.

4.1 JOGOS E BRINCADEIRAS NO CONTEXTO HISTORICO DA HUMANIDADE

“Um homem somente brinca quando ele é humano [...] e ele só é humano quando brinca.” (Schiller).

Existem muitas teorias sobre a origem do jogo. O mesmo é tão antigo quanto as criaturas do planeta, os animais já brincavam entre si, fomentando o lúdico como fator de vínculo e afeto.

O homem primitivo já possuía seus jogos e brincadeiras o que reitera o brincar como algo essencial e elementar para o ser humano. Pinturas rupestres e artefatos mostram que

mesmo na pré- história as crianças já exploravam o mundo por meio das brincadeiras.

Há referência a jogos e brincadeiras em obras tão diferentes como a *Odisséia*, de Ulisses e o quadro *Jogos Infantis* de Peter Brueghel, pintor flamenco do séc.XVI. Nessa tela, datada de 1560, são apresentadas cerca de 80 brincadeiras que ainda hoje estão presentes na sociedade. Entretanto, as pesquisas científicas sobre os jogos só começaram no século XIX, a partir das pesquisas evolucionistas e desenvolvimentistas, que passaram a estudar o jogo infantil.

4.2 SOCIABILIDADE/SOCIALIZAÇÃO

O termo “sociabilidade” é mais utilizado no plano formal, e ainda assim seu uso é pouco corrente. Seu significado está associado à natureza essencial do ser humano, que é viver em sociedade, ou seja, sendo um ser social, em sua vida existe sempre o desejo de estar integrado com outros seres humanos. Então, relacionar-se é um aspecto inerente aos indivíduos, o que leva a sociabilidade, definida por Baechler como a “capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular gostos paixões, opiniões, etc.” (Baechler, 1996). Trata-se de uma troca permanente baseada, sobretudo na comunicação.

Se pressupomos a existência da vida social, temos que destacar a comunicação e a linguagem. O comportamento das pessoas é produto de sua história e das suas experiências acumuladas principalmente através da comunicação.

Não foi identificado ainda até que ponto os seres humanos são influenciados ou influenciadores do mundo que os cerca. Sabemos, no entanto, que é através da socialização que se adquire a identidade, através das influências recebidas, através dos fatos corriqueiros, cotidianos da vida que se processam a partir dos contatos sociais e que também levam à integração dos indivíduos. Temos, então, a **socialização primária**, vivenciada na infância e principal responsável pela inserção do indivíduo na sociedade. Esta se realiza através das pessoas que estão bem próximas – pais, parentes, vizinhos, etc. – que no dizer da psicologia são os outros significativos, e que deixam impressa sua visão de mundo, sua cultura.

Este processo se dá de forma espontânea e nele se realizam os primeiros contatos e também a sociabilidade, que designa as redes através das quais os laços, mais ou menos sólidos e exclusivos são estabelecidos espontaneamente pelos indivíduos. Estes laços nascem do simples fato de que cada indivíduo mantém relacionamentos com outros indivíduos.

A rede de sociabilidade primária, entendida aqui como “sistema de regras que ligam

diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança etc. que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (Castel, 1997), se forma em torno da pessoa e une os indivíduos. As relações humanas, porém, não se limitam a esses contatos. Conforme há o desenvolvimento natural dos seres humanos, de ordem física, mental e psicológica, encontram-se pessoas novas e através da comunicação, formam-se novos laços, diferentes daqueles formados anteriormente.

A **socialização secundária**, então, ocorre quando o sujeito entra em contato com os mais variados setores da sociedade, e realiza-se durante toda a vida. Esta se diferencia da anterior principalmente porque não requer alto grau de identificação, e sim o reconhecimento das posições que cada um ocupa na sociedade. O convívio entre os sujeitos se realiza nas escolas, no trabalho, nos clubes, nas associações, nas igrejas, etc. Aí, a sociabilidade se faz mais presente e pressupõe-se que deva haver interesses comuns, especialização das atividades, e pelos exemplos nota-se a forte presença das instituições.

As características principais da sociabilidade podem ser assim relacionadas:

- **Integração:** vai desde a comunhão ao simples relacionamento comunitário;
- **Durabilidade:** forte envolvimento com formação de redes sólidas e duradouras ou renovação frequente, devido a incorporação de novas e diferentes pessoas com as quais entra-se em contato diariamente e desta forma cria-se novos laços e amplia-se a rede de sociabilidade;
- **forma de pensamento:** pela integração das formas de pensamento ou por oposição, isto é, pessoas que possuem ideias completamente diferentes/opostas, mas que encontram nesta oposição uma forma de interação;

4.3 JOGOS E BRINCADEIRAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIABILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar de termos uma infinidade de teóricos que discorrem sobre a importância dos jogos e brincadeiras, fez-se opção por abordar as teorias de Jean Piaget, visto que sua abordagem sobre educação teve sua origem em um contexto histórico que apresentava problemática filosófica, moral e religiosa. Segundo Coutinho (2007), Piaget começou a elaborar suas ideias sobre educação tendo como panorama a Primeira Guerra mundial, de forma que fez incisivas críticas à sociedade e buscou redimensioná-la em diversos aspectos por considerá-la injusta violenta, individualista e repressora. Piaget não apostava nos adultos porque eles alimentavam a guerra; também não investia na Igreja e no Estado, visto que estes

eram passivos frente à situação de injustiça. Todavia, acreditava que a educação das novas gerações – a educação religiosa moral e intelectual, era a via de acesso mais factível ao seu projeto de construção de um novo homem e de uma nova sociedade (XYPAS, 1996, P.154).

“O principal objetivo da educação é criar indivíduos capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” (Piaget)

Para Piaget as interações entre crianças e as pessoas no seu ambiente desenvolvem a fala interior e o pensamento reflexivo, o que propicia o desenvolvimento do comportamento voluntário da crianças. Para ele o processo cognitivo é um processo de estruturação e a construção das estruturas mentais se dá na interação;

Segundo Piaget (1976), a sequência de estágios no desenvolvimento cognitivo compreende para o período pré- operacional a idade de zero a dois anos, o período sensório-motor, a idade de dois a sete anos. Esses estágios são considerados férteis ou riquíssimos em conquistas intelectuais decisivas para a evolução posterior. Isso porque qualquer que seja o seu estágio de desenvolvimento o sujeito sempre crescerá no aprendizado de uma novidade buscando compreender quem é, e o que justifica seu modo de ser.

O mesmo discorre sobre mais dois estágios que são classificados como: períodos das operações concretas dos sete aos doze anos, e o período das operações formais que chega até os doze anos.

Baseado em suas reflexões é possível dizer que a criança abandona o egocentrismo em razão da aplicação efetiva das regras e do espírito de cooperação presentes no contexto dos jogos.

O brincar para as crianças é uma forma privilegiada de interação com outros sujeitos, adultos e crianças e com os objetos e a natureza à sua volta. É na fase pré-operatória que aparecem as brincadeiras de “fingir”, onde a criança supõe que a imitação representa a realidade, apesar de conseguir diferenciar o que é real do que é imaginário. Este período é propício para a aprendizagem de comportamentos sociáveis. De acordo com os estudos Piagetianos, o jogo simbólico é uma atividade preponderante na criança, durante esse estágio de desenvolvimento. A criança, ao fantasiar, representa diferentes papéis; (pai, mãe, tias, professora, irmã, diretora, policial e outros). É nesse processo que um objeto transforma-se em qualquer outra coisa que a criança imagina. E é nesta fase que o professor pode desempenhar papel importantíssimo, pois será o espelho, o exemplo a ser seguido pelas crianças.

Para Coutinho e Moreira (1998), Piaget apresenta dois tipos de esquemas simbólicos:

- **Esquema não verbal**, que tem como característica a idiosincrasia;

- **Esquema verbal**, que tem como característica a palavra, a comunicação. Esse esquema contempla as propostas desse plano de ação, pois coloca a comunicação em um lugar de destaque. A comunicação possibilita a criança receber interferência dos esquemas verbais das outras pessoas, sendo, portanto, uma das vias que favorece a socialização e a interação da criança com outros sujeitos.

Para Friedmann (1998), as interações sociais ocupam um lugar importante no desenvolvimento infantil, pois é a partir delas que a criança tem acesso à cultura, aos valores e conhecimentos universais.

Concordando com Friedmann, Brougère (1995), define o processo de socialização como:

O conjunto dos processos que permitem à criança se integrar ao “socius” que a cerca, assimilando seus códigos, o que lhe permite instaurar uma comunicação com os outros membros da sociedade, tanto no plano verbal quanto o não verbal. (BROUGÈRE, 1995, p.61)

A partir dessa concepção das relações de sociabilidade, o autor discorre sobre a importância dos jogos e das brincadeiras neste processo, comparando-os aos objetos que em nossa sociedade têm sido cada vez mais considerados indispensáveis para o funcionamento de diversas situações de comunicação, pois tais objetos assumem a função de mediadores.

Entre as crianças particularmente esta mediação se processa por meio dos jogos, brincadeiras e até mesmo pelo próprio brinquedo, visto que são elementos específicos da infância. (BROUGÈRE, 1995, p.62). Ainda segundo o autor:

“A criança está inserida, desde o seu nascimento, em um contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura.” (BROUGÈRE, 1995, p.97).

As brincadeiras, os jogos e a dança expressam a cultura corporal de um determinado grupo social, onde o movimento é aprendido e significado. Compreender o caráter lúdico e expressivo das manifestações da motricidade infantil poderá ajudar no atendimento das necessidades das crianças.

Friedmann (1998), enriquece a afirmação acima ao referendar que é preciso oferecer espaço físico e temporal para a criança brincar, como consequência natural haverá a possibilidade de interação ao mesmo tempo em que são mantidos valores culturais. Isso contribui para que a criança desenvolva de forma integral.

Segundo Kamiil (1994), a criança, em seu processo de socialização, defronta

permanentemente com questões de ordem emocional, afetiva e intelectual. Ela está construindo a sua identidade e autonomia. Ao ingressar na escola, que é um meio social mais amplo, desligando-se durante parte do dia, do seu seio familiar, a criança se defronta com novas questões de sociabilidade: terá que se relacionar com outras crianças da classe, aprender a compartilhar brinquedos e materiais, portanto, a escola deve ser para as crianças uma fonte contínua de prazer, trabalhando individual e coletivamente com atividades prazerosas como jogos, brincadeiras e outras atividades afins.

Após algumas conjecturas acerca dos jogos e brincadeiras, das características da educação infantil e das relações que se estabelecem no interior da escola, apresentaremos, no próximo capítulo, os resultados da pesquisa e das observações feitas numa escola municipal com turmas de educação infantil na cidade de Belo Horizonte. O objetivo desta observação e da pesquisa é de mostrar que, através de experiências lúdicas no espaço da escola, comportamentos discriminatórios e de segregação étnica podem ser minimizados. O que se pretende mostrar é que o papel do professor da educação infantil pode fazer a diferença na formação do pensamento das crianças em relação ao preconceito racial

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Além da observação das crianças por um determinado período do ano letivo, foram feitas ainda entrevistas sobre as brincadeiras que elas preferem e sobre com quais colegas gostam e costumam brincar. O objetivo das entrevistas era o de mostrar o nível de sociabilidade que se desenvolve através das brincadeiras e mostrar ainda que as preferências das crianças são estabelecidas pela empatia, o que ocorre muito mais pelas semelhanças físicas. Em outras palavras: as crianças negras preferem brincar com as outras crianças negras, e as não negras preferem as não negras. Este fator seria um “*starter*” do comportamento segregacionista, caso não houvesse intervenção do professor. Vale aqui lembrar o pensamento de Piaget, segundo o qual o processo cognitivo é um processo de estruturação e a construção das estruturas mentais se dá na interação; Daí o fato de a escola ser um lugar propício ao desenvolvimento da personalidade, do caráter e do comportamento infantil. Neste ambiente o professor tem papel importantíssimo, pois poderá mediar o pensamento das crianças, impedindo que o comportamento discriminatório se consolide.

As entrevistas foram feitas em dois momentos distintos: no início do período do plano de socialização e no final do semestre, após diversas intervenções, dentre elas a apresentação do filme “Kiriku” e a Feiticeira.

As tabelas que compilam os dados das entrevistas, nos dois momentos, estão mostradas a seguir, e logo após são feitas as considerações e uma análise comparativa entre as tabelas e os dados que elas representam.

Das vinte crianças observadas, nove são negras. Além disto, há duas crianças que dizem que têm o “cabelo enrolado”, porque se parecem com seus pais. Há ainda uma criança que diz que sua pele é escura, porque é a mesma cor da pele de sua mãe.

Estes comentários nos fazem perceber que há uma consciência das crianças em relação a seu pertencimento étnico.

A tabela 1 reflete os resultados da entrevista inicial, feita no início do ano, quando foi iniciado o plano de ação.

Para melhor compreensão das tabelas considere: C = a Criança.

TABELA 1

Crianças	Qual brincadeira você mais gosta?	Qual é o seu brinquedo favorito?	Na escola, você brinca sozinho ou com os colegas? De que vocês brincam?
C1-branca	Caminhão e moto.	Computador.	Só com a C11, de polícia.
C2-negra	Polícia e ladrão.	Bola e futebol.	Brinco com C1, C18 e a C19.
C3-branca	Gosto de correr.	Bola.	C18.
C4-negra	Com carrinho.	Carrinho e papagaio.	Com os coleguinhas, de correr.
C5-branca	Casinha.	Boneca, estojo de pintura.	Com a C10. A gente brinca de casinha.
C6-negra	Casinha e boneca.	Boneca.	Não respondeu.
C7-negra	Mamãe e filhinha, corda.	Tia eu gosto de boneca, estojo de pintura, panelinha e bolsa.	Brinco de mamãe filhinha com a C14 e a C15.
C8-negra	Fazer comidinha, casinha, bola.	Bicicleta e boneca.	Não respondeu.
C9-negra	Bola	Velotrol.	Com o C4. De pega.
C10-negra	Casinha	Barbie e leptop.	Brinco de casinha com a C13.
C11-branca	Gosto de brincar de lutinha e de polícia.	Bicicleta e carrinho.	Com a C8. A gente brinca de correr.
C12-negra	Boneca e pintura.	Boneca.	Mamãe e filhinha. Com a C13 e C14.
C13-branca	De casinha.	Boneca, bolsinha.	Com a C5 e a C14. De casinha.
C14-branca	Brincar de casinha e irmã.	Boneca e pintura.	Com a C13.
C15-branca	De bola.	Carrinho e bonequinho.	Brinco de futebol com a C19 e o C18.
C16-negra	Brincar com meus	Gosto do Ben10	Brincar de Ben10, com o C20.

	bonequinhos.		
C17-branca	Gosto de brincar de bicicleta, carrinho, bola e velotrol.	Com carrinho e bola.	De bola com o C18.
C18-branca	Pegador	Bola e papagaio.	Brinco de futebol com a C2 a C19 e o c15
C19- branca	Na escola, brinco de futebol.	Gosto da bola.	Eu jogo futebol com o C18 e a C2, com o C15 também.
C20- branca	Andar de velotrol.	Gosto do computador.	Brinco com o C3 de

Como se pode perceber, todos os tipos de brincadeiras citadas pelas crianças são brincadeiras coletivas, que demandam contato e proximidade. Este é um fator positivo para a redução das distâncias entre as diferenças que convivem no espaço escolar.

Podemos perceber também que as brincadeiras citadas refletem um conhecimento cotidiano das crianças, como brincar de “casinha”, onde os papéis dos elementos familiares se contornam. Há também a preferência para os jogos com bola, que não são brincados individualmente e que refletem a paixão dos brasileiros por futebol. Com relação à preferência em brincar com outras crianças, não se percebe discriminação étnica. Por exemplo, as crianças C5 e C11 (que não são negras) citaram como coleguinhas com quem costumam brincar, duas crianças negras. A criança C2, que também é negra, foi citada por dois outros coleguinhas não negros. Este fator reflete uma inexistência de discriminação racial entre as crianças.

TABELA 2

Crianças	Qual brincadeira você mais gosta?	Qual é o seu brinquedo favorito?	Na escola, você brinca sozinho (a) ou com os colegas? De que vocês brincam?
C1-branca	Futebol	Carrinho e bola	Brinco de pegar bichinho no parquinho da quadra e velotrol com a C2, e o C18 de casinha com a C6, C13 e C14. Brinco de

			roda e estátua.
C2-negra	futebol	Bola	Com C1, C4, C11, C12, C19, C20. Pegar bichinho, futebol,
C3-branca	Polícia e ladrão	Bola	Com os colegas, procurar cigarra e bichinhos, corrente.
C4-negra	Estátua	Carrinho	Com os coleguinhas, carrinho, velotrol, subir no morrão, polícia e ladrão.
C5-branca	casinha	Boneca e maquiagem	Com a C6, C7, C10, C13 e C14. A gente brinca de mamãe filhinha, e de sair para passear.
C6-negra	Mamãe/filhinha	Boneca, fogão, panelinha,	Brinco com a C8, o C16, C12, C14 de mexer com barro, fazer comidinha, passa-anel, tem vez que a C10 e a C14 não gostam de brincar comigo.
C7-negra	Polícia e ladrão	Bola e velotrol novo	Com a C2 e o C1, C20. Polícia e ladrão e velotrol.
C8-negra	Mamãe/filhinha	Boneca	C10, C12, de mamãe/filhinha, o C9 é o papai. Brinco de passa-anel.
C9-negra	Polícia e ladrão	Bola, velotrol	Apontou em direção a um grupo de crianças. Com C2 e a C8.
C10-negra	Fazer comidinha e casinha.	Boneca, fogãozinho.	Com a C13, C14, C5, C19, C9 e C16 de casinha, passa-anel, mamãe da rua e corrente, e de brincar na casa do Kiriku e.
C11-branca	Polícia e ladrão	Carrinho, bola.	Com a C2, C4 e o C3 de pegar bichinho e cigarra, subir no morrão e de bola.
C12-negra	Casinha	Boneca e pintura.	Com todas as meninas de mamãe filhinha, corrida de saco, passa-anel e velotrol.
C13-branca	Casinha	Boneca.	Mãe /filhinha e de mexer com barro, para fazer comidinha na casa do Kiriku. Estátua.
C14-branca	Casinha	Panelinha e boneca.	Mamãe/ filhinha, mexer com barro.
C15-branca	Polícia e ladrão	Carrinho e bicicleta	C19, C20, C1, C17 e 16 de polícia e ladrão

			corrida de saco, subir no morrão, jogar bola e procurar bichinho e cigarra.
C16-negra	lutinha	Boneco, Ben10	Com os colegas, de procurar cigarra velotrol e de subir no morrão.
C17-branca	Bola	Carrinho, bicicleta	Com todos os amigos da sala; de bola e estátua.
C18-branca	futebol	bola	Com os meninos, a C2, C12, C19 e C7. De corrente, subir no morrão, corrida de saco, bola, polícia e ladrão.
C19-branca	Polícia e ladrão	Bola, boneca e bicicleta	Com o C16, C4, C3 e C20 de polícia e ladrão e casinha, brinco de mamãe filhinha com C6, c7, C12, C9, de balão, pegar bichinho e estátua.
C20-branca	Brincar de bola	Computador	Com os colegas

Analisando a tabela 2, podemos perceber que o tipo de brincadeiras entre as crianças não mudou muito e que continuam gostando de brincadeiras sociais, que exigem a participação coletiva ou, de pelo menos dois membros; é notável também a diferença entre o número de colegas, citado por cada uma das crianças na última pergunta da tabela Lembrando que as brincadeiras, os jogos e a dança expressam a cultura corporal de um determinado grupo social, justifica-se aqui as brincadeiras de casinha, de futebol e de luta, citados pelas crianças. As brincadeiras refletem o cotidiano das crianças, a cultura na qual estão inseridas. Portanto, a experiência do brincar cruza diferentes tempos e espaços, sendo pontuada pela continuidade e pela mudança.

6. CONCLUSÃO

Após o período de observação, após análise das entrevistas feitas com as crianças, percebemos que o preconceito étnico não é comum entre elas. As crianças agem muito naturalmente umas com as outras, dando a impressão que não fazem julgamento pela cor. As que agem assim são uma exceção, não uma regra.

Percebemos ainda que, durante atividades lúdicas, o que faz as preferências é a simpatia, a empatia, as ideias que elas têm em comum, não a aparência ou a condição social. E mesmo quando há algumas raras exceções, estes comportamentos discriminatórios e segregacionistas não se perpetuam, pois as regras do jogo e o prazer encontrado nas brincadeiras é infinitamente superior ao racismo ou ao preconceito, seja ele de qualquer natureza.

Desta forma, concluímos que se pode, sim, através de jogos e brincadeiras, ensinar às crianças valores como igualdade e solidariedade, minimizando comportamentos de preconceitos e discriminação. Quando as crianças estão no jogo ou numa brincadeira, elas vestem a fantasia de um personagem; podem experimentar diferentes tipos de papéis e fazer combinações que não existem no mundo real. Os jogos e brincadeiras permitem as crianças exercer o poder de transformação.

A aplicação do Plano de Ação foi positiva, pois permitiu trabalhar estes valores com as crianças, aproveitando que esta faixa etária é propícia ao desenvolvimento de conceitos e comportamentos socialmente aceitáveis. O papel do professor e sua imagem foram fundamentais para o sucesso da experiência, cujos resultados demonstraram a importância dos jogos e brincadeiras na construção do caráter e do comportamento das crianças; portanto é possível referendar que a aplicação do mesmo, possibilita o educar para a igualdade racial.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Ministério da Educação. Brasília 1996
2. BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: 2004.
3. BROUGÈRE, Gilles . **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.110 p.
4. FRIEDMANN, Adriana et al. **O Direito de Brincar – A brinquedoteca**.4ª edição. São Paulo:
5. Scritta,1998.265p
6. GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
7. KAMII, Constance. **El Niño Reinventa la Aritmetica: Implicaciones de la Teoria de Piaget**. 2a ed. Papyrus, 1994.
8. História e Cultura Afrobrasileira. <<http://afrobrasileira.multiply.com/journal>> acessado em 15 de dezembro de 2010.
9. SALES, Augusto dos Santos. (org).**Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília:Ministério da Educação, 2005. 400p.
10. Consultas eletrônicas:www.tvcultura.com.br(consultado em abril e maio)

8. ANEXOS

APÊNDICE A

Passa-anel

Há muito tempo crianças brincam de "passa-anel". Essa brincadeira fica mais divertida quando tem bastante gente participando. Para brincar é preciso ter algum objeto pequeno que pode ser um anel, uma pedrinha, uma moeda, etc.

Como se brinca:

1. Escolher uma criança para ser o passador do anel e outra para ser o adivinhador;
2. As outras crianças estarão assentadas em rodas com as mãos unidas, palma com palma.crianças;
3. O passador pega o anel, esconde-o entre as palmas das mãos e vai passando-as no meio das mãos das outras.
4. Depois de fazer isso com todas as crianças da fila, o passador pergunta ao adivinhador: "Com quem está o anel?"
5. Se o adivinhador acertar com quem está, ele será o próximo passador e deverá escolher quem será o adivinhador.



Fig.1. Crianças brincando de passa anel.



Fig. 2 Continuação da brincadeira Passa Anel.



Fig. 3 Possibilidade de estabelecer contato físico.



Fig. 4 Demonstração de prazer e alegria.

APÊNDICE B

CORRIDA DE SACO

1. **Material:** Sacos de algodão ou plástico grosso, em número igual ao dos participantes.
2. **Jogadores:** número variável.
3. **Jogo:** É marcado um percurso no chão com uma linha de partida e uma meta. Todos os concorrentes se colocam atrás da linha de partida. Ao sinal de partida, cada um entra para dentro do seu saco, segura as abas com as mãos e desloca-se em direção à meta.
4. Ganha aquele que chegar primeiro.



Fig.5 Preparação para a largada



Fig.6 Momento de interação

APÊNDICE C

CORRENTE

Material: argola e pedaço de barbante;

Local: área livre e pátio

Jogadores: Todas as crianças da turma e educadoras;

Desenvolvimento

1. No pátio as crianças estão organizadas livremente, mas com um espaço definido. No início da brincadeira é feita a escolha de duas crianças para serem as primeiras a prender as outras com as argolas;
2. Ao som da música. *“Olha a corrente que prende gente, quem tem medo sai da frente”* as duas crianças que estão pressas com as corrente saem em busca de outras crianças para fazer parte da corrente.
3. A criança que for pega entra para o grupo que tentará capturar novas crianças. A brincadeira acaba quando todas as criança da turma forem capturadas.,



Fig.7 Distribuição das argolas



Fig. 8 A brincadeira continua...

APENDICE D

BRINCADEIRAS COM BARRO

Fui a fonte buscar água

Mas não tinha companheiro

Se tu quiseres me acompanhar

Pelo caminho vamos brincar

(Música cantada pela senhora Filomena Nanguvela Ngunga, de nacionalidade angolana, veio para o Brasil juntamente com sua família em fevereiro de 1997, como refugiada política)



Fig. 8 De forma transcendental as crianças de hoje brincam como à senhora Ngunga brincava quando pequena, em Angola.



**Fig.9 ” ... Se tu quiseres me acompanhar
“Pelo caminho vamos brincar.”**

APÊNDICE E
BRINCAR DO QUE QUISER



Fig10. *Subindo e descendo no morrão*

APÊNDICE F
PROCURANDO BICHINHOS E CIGARRA



Fig 11 *A procura de bichinhos*



Fig.12 *“Olha o que eu peguei”*



Fig 13. *Não precisa ter medo...*

APÊNDICE G

OFICINAS



Fig 14. Bola de jornal e de bananeira na casa do Kiriku



Fig 15 Oficina de bonecas negras

APÊNDICE H

BRINCANDO DE CASINHA



Fig 16. Olha, Kiriku! Ele será o nosso filhinho